

linha viva

Número 417 . 03 Julho 97 . Intersindical dos Eletricitários

ImPIZZAment?

Um verdadeiro circo. Foi nisso que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina se tornou nos três dias de votação dos decretos legislativos 55/97, 56/97, 57/97 e 58/97, correspondentes à abertura de processo de impeachment respectivamente do governador, seu vice, do procurador geral do estado e do secretário da fazenda, acusados por crime de responsabilidade. Mesmo depois de seis meses, com toda a vasta documentação que a CPI anexou no seu relatório, os deputados não poderiam deixar passar em branco a oportunidade de aparecer em todo o país através dos meios de comunicação mais importantes que lá estavam. Depois de cansativas três horas de discursos, a votação, que deveria acontecer às 13h25 de segunda foi suspensa por duas vezes consecutivas, vindo a acontecer somente às 18h05. Tudo isso em função de uma liminar que foi aprovada pelo Supremo Tribunal Federal por volta das 17 horas que mantém o governador no cargo mesmo durante o processo para que assim "possa provar sua inocência". Direito, aliás que nunca lhe foi negado. Ontem o governador deveria depôr na CPI do Senado e não o fez. E assim, já que Paulo Afonso não mais seria afastado imediatamente, toda a bancada do PFL votou pela abertura do processo e, por 29 votos a 11 (apenas os da bancada do PMDB foram contrários), o processo contra o governador foi instaurado.

Se os ânimos já estavam exaltados, tudo piorou com o voto do presidente da Assembleia Deputado Francisco Küster no decreto legislativo 56/97, contra o vice-governador José Hülse. A decisão da bancada do partido era de votar pelo afastamento também do vice, o que já estava garantido (28 votos a 11). Quando Küster poupou Hülse votando não, visto que foram companheiros por vários anos, os outros dois deputados do PFL, Onofre Agostini e Ciro Roza quiseram retificar seu voto. Briga, socos, empurrões, choradeira... Uma verdadeira baixaria onde alguns deputados mos-

traram realmente a sua personalidade. E o plenário, de circo, virou ringue (mas sem mordida na orelha...)

Segundo Capítulo

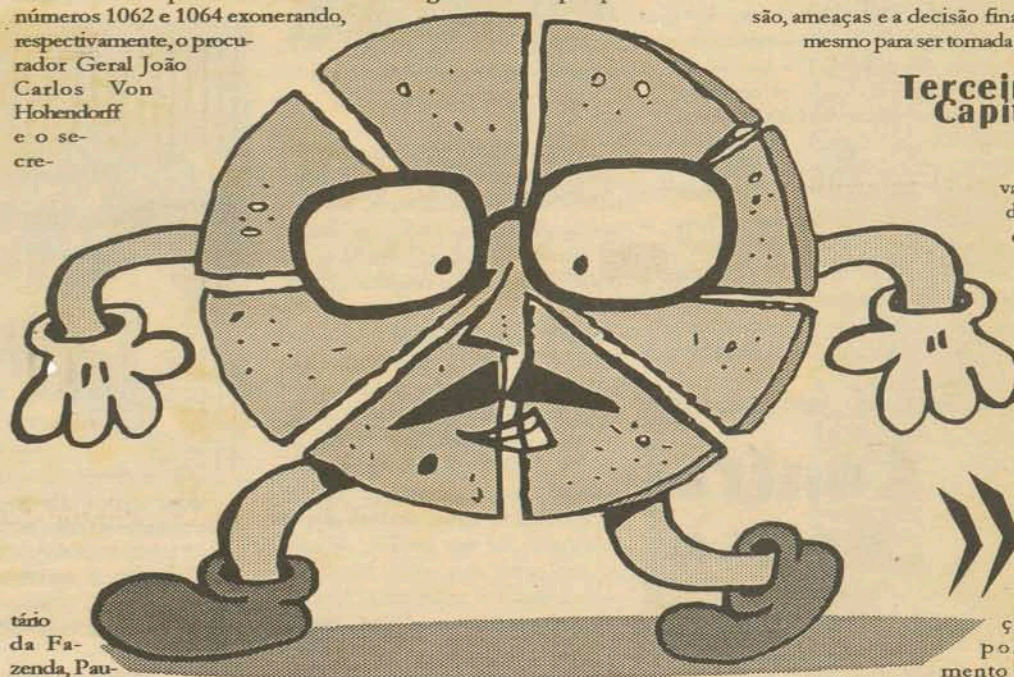
Na terça-feira novos fatos mudariam os planos e os ânimos na Assembleia. A página 1 do Diário Oficial, datado de 30 de junho, mas circulando somente em 1º de julho trazia os atos do poder executivo de números 1062 e 1064 exonerando, respectivamente, o procurador Geral João Carlos Von Hohendorff e o se-

gundo Carioni a decisão do STF e a exoneração dos dois acusados não tira o poder da Assembleia Legislativa visto que a sessão começou na segunda e assim, a denúncia já havia sido recebida na Comissão Especial. "A renúncia não traz mudança quanto ao processo de inelegibilidade. Eles não vão escapar pelo que fizeram. Agora por inelegibilidade e depois pelos crimes

confusão começou depois que o presidente da casa encerrou a referida votação. Então foram mais discursos e suspensão da sessão. Quando, enfim, graças à presença dos peefelistas, o PMDB conseguiu quórum para a votação que, um dia antes julgava apressada, regimentalmente o tempo já havia se esgotado e ninguém solicitou prolongamento de sessão oficialmente. Mais discussão, ameaças e a decisão final ficou mesmo para ser tomada ontem.

Terceiro Capítulo

Novamente diversas discussões,



tário da Fazenda, Paulo Prisco Paraíso. Baseado nisso a

bancada do PMDB julgava improcedente a abertura de processo de crime de responsabilidade contra os dois. O advogado de Prisco Paraíso, Antônio Carlos Almeida Castro e o Deputado João Henrique Blasi, também advogado, alegaram que a denúncia ainda não foi recebida e por isso o processo não existe. Já outro advogado, o Deputado Federal Milton Mendes, e o presidente da OAB, Fernando Carioni, discordaram dizendo que esta é uma fase intermediária do processo e por isso o crime político já está caracterizado. Se-

comuns", comenta Carioni.

Outro fato que mudou os planos da terça-feira foi a renúncia de todo o alto escalão do governo: secretariado e presidência da Telesc, Celesc e Besc, totalizando 40 cargos. Em virtude disso o PFL não mais declarava sua posição quanto ao caso de Hülse. Em determinado momento o relator da CPI, Júlio Teixeira disse que o partido considerava o decreto já votado e o resultado de 28 a 12 válido, visto que a

ameaças e policiamento redobrado na Assembleia. Depois de uma reunião com todos os líderes de partido, o líder do governo e os ex-presidentes da casa, os deputados voltaram mais calmos. Toda a bancada do PFL se absteve da votação do decreto 56/97, o que levou a um resultado de 20 a 12. O presidente da Assembleia vai encaminhar um embargo declaratório com o resultado ao Supremo para que seja avaliado. Esta decisão foi tomada de acordo com a reunião dos líderes. Se o STF considerar o caso um parecer, a votação será simples, e o vice governador pode ter o seu processo aberto já que o decreto legislativo 56/

97 obteve a maioria dos votos favoráveis. No caso do Supremo considerar uma denúncia, vale a votação simples (maioria) ou proporcional (dois terços, como foi com o decreto legislativo 55/97. Os processos de Paulo Prisco Paraíso e João Carlos Von Hohendorff foram aprovados e estes não contaram sequer com o apoio dos deputados do PMDB, que preferiram abster-se das duas votações. Os processos 57/97 e 58/97 foram aprovados por 29 a 10.

De seu gabinete, Francisco Küster disse já estar cansado do "famigerado instituto da impunidade". Chamou os peemedebistas de baderneiros e amedrontados, afirmando categoricamente: "Não fui eu quem saqueou o estado e que subverte a ordem das coisas. É muito dinheiro em jogo!" Carito Merss, também deu o seu recado: "É preciso acabar com esta inversão de valores! Agora todo o mundo que está contra o PMDB está errado? Estranho o TCE, a OAB ou mesmo Roberto Requião, que é peemedebista estarem errados porque contrariam a vontade destes fortes "guerrilheiros"! Se por ventura uma liminar inversa à de segunda for aprovada, então o STF também estará errado?" Gilson dos Santos do PPB indignado desabafou: "Deram prejuízo e agora não querem pagar!"

"No Brasil, cada vez que uma coisa dói, entra em jogo a turma da pizza." O comentário da jornalista Mirian Leitão, explica perfeitamente todo o jogo de poder que está sendo estabelecido com este fato inédito no Brasil. Não havendo mais como escapar, o jeito é oferecer 40 cargos políticos para negociar a absolvição. "Isso não é negociação política, é suborno!", afirma Mirian. Esta também é a opinião da Interrel, que considera vergonhosa a posição de alguns deputados e certos partidos, que em vez de resgatar a moralidade e a credibilidade do estado, já estão negociando sua posição para a próxima eleição ou até mesmo loteando estes cargos que agora o governador oferece.

O dia em que todos catarinenses se voltaram para Florianópolis

Quem assistiu pela televisão, ouviu pelo rádio ou esteve presente na praça Tancredo Neves na manhã de segunda-feira, dia 30 de junho de 1997, não entendia como é que pouco mais de cinco mil pessoas, que se diziam defensoras do governador Paulo Afonso, podiam estar tão alegres. Dalí algumas horas seria votado o seu afastamento ou não do governo. O momento era grave, mas eles estavam contentes.

Talvez a explicação pudesse ser encontrada no chão da praça e arredores. Às 9 horas da manhã dezenas de latas de cerveja vazias já haviam sido jogadas pelos cantos. O cheiro doce de quentão se espalhava pelo ar.

Ou talvez pudesse ser creditada ao casal de animadores que desde as 8 horas, montados em cima de um potente sistema de som do PMDB, gritavam palavras de ordem, cantavam músicas feitas especialmente para a ocasião e incitavam as pessoas contra os manifestantes pró-impeachment. Ou quem sabe, para explicar tanta felicidade, o observador tivesse que atentar para o ar simplório desta gente, que poucas vezes largou o trabalho numa

segunda-feira e ganhou de presente um passeio pela capital. A maioria circulou pelo centro de Florianópolis, entrou na catedral e se deslumbrou com a variedade de itens à venda nas lojas Americanas - tanto que o volume de vendas aumentou 10% nesta loja no calçadão, "veio muita gente de fora", explicou a gerente.

Esta era a cara da grande maioria, mas havia também os que sabiam o que estava em jogo (comissionados do governo, peemebistas históricos). Um deles era o vice-prefeito de Abdon Batista, Vitório Simones, do PMDB. Ele passou boa parte da manhã, no segundo andar do Palácio Barriga Verde, feliz da vida. Nunca havia entrado antes no palácio. "Tá bonito de se ver", dizia olhando as centenas de pessoas que entravam e saíam do prédio em busca de um banheiro. "Tô achando até que mandamos aqui". Ele não arredava o pé dali por que tinha esperança "de ver o Paulo Afonso, nem que seja de longe". Com ele vieram mais 27 pessoas, de Abdon Batista, município emancipado há 7 anos, "a capital do PMDB", como diz Simones. Com



Foto: Marl Cristina Scomazzon

Tatim foi garantir seu pedaço no palácio

o governo Paulo Afonso o município ganhou R\$ 100 mil para construir a sede da prefeitura, além de verbas para calçamento e melhorias de estradas. E isso foi tudo o que o vice-prefeito conseguiu se lembrar.

Do outro lado da praça Tancredo Neves, separados por uma vala, já em frente à Assembleia Legislativa, estavam os defensores do impeachment. No início da manhã, apesar das provocações do sistema de som do PMDB, a convivência entre as duas alas foi tranquila. Até um cordão de isolamento feito com partidários dos dois lados foi montado. Nos bares dos arredores podia-se ver discussões amenas, com defesas tranquilas de ambos os lados. Cecílio Lazarin, agricultor de Quilombo, tinha viajado 13 horas para estar entre os defensores do impeachment. Ele veio de ônibus comum, junto com outras 11 pessoas, encabeçadas pelo vereador do PT da cidade. "Vim apoiar os deputados para que votem a saída do governador. Chega de roubalheira, chega de pagar impostos, administrar a miséria e ver os governantes desviarem dinheiro para se beneficiar e a seus amigos."

A turma pró-impeachment era formada por um público diversificado. Sindicalistas, professores, estudantes secundaristas de

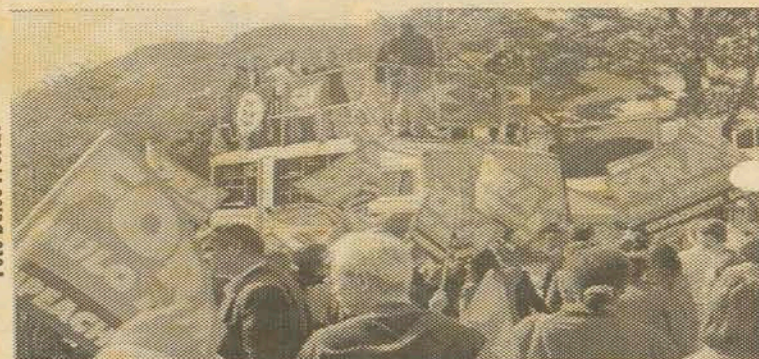


Foto: Daise Freitas

Passeta levantou astral dos militantes pró-impeachment



São nove da manhã e pauloafonsista cal "bombardeado" em frente à assembleia

todo o estado, militantes de partidos políticos e florianopolitanos simpatizantes da causa.

Entre os sindicalistas, havia representantes dos eletricitários de várias regiões de Santa Catarina, com um motivo a mais de revolta. Desde a semana anterior observavam chefes, diretores, empregados comissionados saírem da Celesc para engrossar as manifestações a favor do governador. Lembravam que por causa da última greve, dia 17 de abril, pela moralização da empresa, tiveram dois dias de salário descontado.

Para ter direito àquele pedacinho da praça em que foi empurrado, o Fórum pelo Impeachment, começou a trabalhar na sexta-feira.

Muitos militantes dormiram três noites ali para garantir espaço aos manifestantes pró-impeachment. F nestas noites de frio e vigília se perguntavam de onde viera tanto dinheiro para a campanha pró Paulo Afonso. Na segunda-feira, à medida em que a temperatura do dia aumentava, as agressões cresciam. Embriagados os defensores do governador começaram a jogar latas de cerveja, laranjas e pedras. Do lado de cá os militantes do impeachment se esquivavam e tudo teria continuado assim, não fosse a divulgação da decisão do Supremo Tribunal Federal que tirou da alçada do poder legislativo catarinense julgar o governador. Os ânimos ferveram. Pauloafonsistas, guiados pelos altofalantes do PMDB (que despejavam palavras de ordem do tipo: "vamos invadir a assembleia, lá é nosso lugar, contra a força não há resistência..."), tentaram romper o cordão de isolamento da PM, mas não conseguiram. Eufóricos, voltaram seu fervor contra os militantes do impeachment que agora sim foram alvejados por latas e garrafas. O Fórum Fora Governo Paulo Afonso decidiu que era momento de sair do local, pois estavam presos entre o muro do Sesc e a massa descontrolada. Numa passeata com cerca de 1.500 pessoas avançaram devagar pela Mauro Ramos e se concentraram em frente à catedral.

tribuna
livre

Contra
Senso

Sérgio Trainotti
Diretor/Sinergia

Às vésperas do século XXI, a Celesc ainda não consegue ter uma forma de controle eficiente em algumas ações na área de distribuição. Constata-se no sul da Ilha de Santa Catarina, uma rede de distribuição recém construída e reformada por empreiteiras contratadas, onde as conexões elétricas são do "tempo da onça", do passado, ou seja: conectores de parafuso e terminais de chave.

Há cerca de três anos a Celesc padronizou conectores cunha que são indiscutivelmente de melhor qualidade, possibilitando um fornecimento contínuo de energia elétrica. Para uma empresa que tem como missão a energia de qualidade, a Celesc deve aprimorar seus programas.

Intercel quer investigar denúncia de suborno na Celesc

A Intercel está estarelecida com as denúncias de suborno do diretor-presidente da Celesc, Paulo Tatim e por isto vai entrar com pedido de investigação no Tribunal de Contas do Estado, na Procuradoria do Trabalho, no DEIC e no INSS para que sejam averiguadas as afirmações do dono da empreiteira Organização Contábil e Serviços Odinil de dar propinas para Tatim e contribuir para um caixa de campanha eleitoral como forma de manter sua empresa trabalhando para a Celesc na região oeste de Santa Catarina. Os sindicatos querem que a investigação, além de apurar as denúncias a respeito do presidente da Celesc também incidam sobre o proprietário da empreiteira em questão, Odilo Henrique Regert, pelo envolvimento em corrupção e o não recolhimento de tributos trabalhistas, conforme contra-denúncia de Paulo Tatim.

Problemas deste tipo já foram denunciados outras vezes pela Intercel. O exemplo ao qual foi dada maior publicidade foi da empreiteira Cobase.

A denúncia de Regert é de suborno na sua forma mais clássica. Segundo entrevista dada por Regert no dia 25 de junho, ao SBT Verdade da sucursal de Chapecó, a Odinil prestou serviços durante 20 anos para a Celesc e empregava 105 tra-

balhadores. Odilo, na gravação, se diz vítima de um esquema de corrupção na Celesc e que, por ter se negado a continuar contribuindo para este "caixinha", teve que fechar a empresa porque seu contrato foi rescindido. Regert diz que foi obrigado a bancar a campanha eleitoral de um vereador de São Miguel do Oeste, fazendo de agosto de 96 a fevereiro de 97 contribuições mensais de R\$ 5 mil. Quem exigia a colaboração era o diretor regional da Celesc em São Miguel do Oeste, Luiz Mello, que dizia que o dinheiro era para lastro de campanha e para o diretor presidente da Celesc. Regert diz ter provas como comprovantes de retirada de dinheiro e de remessa pessoal feita com o acompanhamento de um ex-motorista de sua empresa, além de uma gravação.

Atualmente uma empresa desconhecida na região faz os serviços que a Odinil executava. Esta empresa, segundo Regert, foi contratada sem licitação e seus donos são apadrinhados de diretores da Celesc.

Segundo a Intercel este é mais um motivo para fortalecer as campanhas de defesa da Celesc, desenvolvidas pelos sindicatos e que visam construir uma empresa pública, com qualidade técnica, a serviço apenas da população catarinense.

Eletrosul e Furnas: Livres de privatização neste ano

O adiamento da publicação do edital de venda das empresas do Grupo Eletrobrás para o ano que vem faz com que os trabalhadores das empresas ganhem tempo na luta contra a privatização. Talvez em julho saia o resultado da concorrência para os serviços de avaliação de Furnas e Eletrosul. O governo queria que esta concorrência tivesse sido fechada em abril deste ano. Mas, recursos impetrados por dois consórcios concorrentes, atrasaram substancialmente o processo. Os consórcios entraram com recursos para revisar suas notas técnicas. Na semana passada porém, a Comissão de Licitação Especial do BNDES recusou os pedidos de revisão, "por não encontrar nenhum fato novo na argumentação dos solicitantes". Um dos consórcios é composto pelo

Barclays Bank e Lehman Brothers e outro é pilotado pelo Salomon Brothers.

"Inicialmente falavam em vender em separado, usina por usina. Chegaram até a anunciar a venda de Passo Fundo e Alegrete. Depois suspenderam dizendo que a venda seria em bloco. Agora, anunciam 'vendas concentradas', de 3 a 5 usinas para cada geradora (Furnas e Eletrosul). Tratam de um assunto de tamanha relevância como se estivessem vendendo galinha caipira na beira da estrada", comenta Mauro Passos, diretor do Sinergia.

A irresponsabilidade destes governantes é tamanha que, semana passada, para se desfazerem do Banerj (por R\$ 311 milhões, em moedas podres - o que equivale a custo real à meta-de deste valor), o governo federal desembolsou R\$ 3

bilhões (10 vezes mais que o valor da venda ou o preço de uma Vale do Rio Doce), para cobrir os passivos do banco. O próprio idealizador desta privatização, o governador Marcelo Alencar, declarou no dia seguinte à venda que "um jogo político menor e interesses espúrios fizeram desta privatização um processo de amargura e incertezas".

"Ora, governador: interesses espúrios têm sido a regra das privatizações. A esperança dos que lutam para preservar empresas como Eletrosul e Furnas é que este processo se estenda até o ano que vem e que, no bojo do processo eleitoral, se tenha condições políticas de resgatar um pouco de decência, há muito ausente das decisões que influem no futuro do país", espera Passos.



NÃO À PRIVATIZAÇÃO!

Eletricitários de Florianópolis e Região se reúnem em plenária, dia 05, sábado, das 10h às 13 horas, na Escola Sul da CUT, em Ponta das Canas, para discutir a campanha contra as privatizações da Celesc e Eletrosul. O Sinergia informa que ônibus para a Escola Sul sai às 9 horas da manhã do Largo da Alfândega.

LEMBRAM-SE DO PLR?

uma pergunta insistente percorre os corredores da Eletrosul: quando sai o pagamento da PLR? Até agora nenhuma resposta foi dada.

PCS FORA DO PRAZO

A Celesc não atendeu o prazo dado pela Intercel para realização de reunião onde seriam discutidos os recursos pendentes do PCS. O prazo era 30/06. Sendo assim, se você tem recurso pendente procure seu sindicato para promover a competente ação judicial.

CECUT

Acontece, de 10 a 12 de julho, em Lages, o Congresso Estadual da CUT que vai decidir sobre a tese que será encaminhada pelos catarinenses ao congresso nacional da central sindical. O tema do encontro será Terra, Salário e Emprego. O Sinergia vai participar com cinco delegados.

LANÇAMENTO DE LIVRO

Está sendo lançado um livro de dois professores da UFSC sobre a privatização do setor elétrico. O livro intitulado "O Setor Elétrico no Brasil: Dos desafios do passado às alternativas do futuro" faz um estudo histórico do setor no Brasil e aponta caminhos para o futuro. Durante a elaboração desta obra, os autores - Carlos Borenstein e C. Celso Camargo - estiveram no Sinergia realizando entrevistas com dirigentes sindicais.

CPI NA ENERSUL

"Onde foram parar cerca de US\$ 4 milhões que 'flutuaram' por uma semana, depois de negociadas as debêntures da Enersul?" É esta questão que a Comissão de Valores Mobiliários do governo e a CPI da Enersul querem descobrir. Todos os envolvidos nas operações de vendas de debêntures e ações da empresa deverão ter sigilo bancário quebrado.

expediente

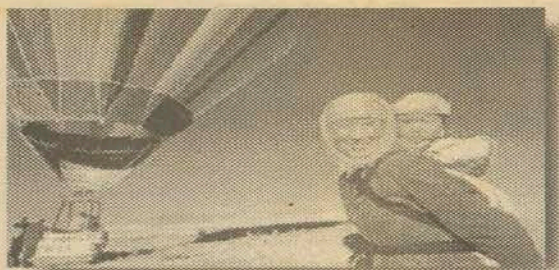
LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalistas Responsáveis: Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS4966) e Alessandra Mathyas (SC 00755 JP). Ilustrações: Frank Maia. Diretoria de Imprensa: Olga Leocadia Vieira. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC CEP 88015-030. Fax (048-224-9104)

MENTA APOSENTADORIA DOS GERENTES E DIRETORES

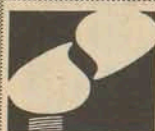
Para dar um empurrãozinho para apressar a aposentadoria de funcionários de estatais o governo mudou esta semana novamente as regras da previdência, aumentando o teto de R\$ 3.095,61 pago pelos idosos de pensão para benefícios.

A medida resolve apenas o problema de quem tem cargos superiores, como gerentes e diretores, mas até agora o governo não fez nada para livrar a grande maioria dos trabalhadores do limite de idade imposto na legislação atual, que é de 55 anos.

O Decreto presidencial publicado terça-feira no Diário Oficial da União permite a elevação do salário de contribuição das patrocinadoras e funcionários de fundos de pensão estatais, acima do teto atual, que é equivalente a três vezes o limite do INSS. Isso será possível mediante autorização do ministro ao qual está subordinado o órgão ou empresa estatal, desde que a medida não resulte em aumento de despesas de pessoal da patrocinadora e seja mantido o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial do plano.



De cima para baixo as expedições na Mongólia, China, Rússia e, abaixo, a equipe em ação



O grupo de "Teatro Sim... Por que não?!!!" apresenta até domingo (06/07), no TAC, às 20h 30min,

A Farsa do Advogado Pathelin. No sábado haverá sessão também às 16 horas. Um divertido espetáculo para todas as idades. Sócios do Sinergia com carteirinha tem 30% de desconto e pagam R\$ 7,00.

A tristeza de Cousteau

Jacques Cousteau, o homem que nos fazia virar anjos marinhos todos sábados à noite e nos levava para conhecer seu mundo silencioso morreu na semana passada aos 87 anos e foi enterrado na França terça-feira.

Somente após a sua morte ficamos sabendo que todo otimismo que impulsionou seus 60 anos de odisséia no mar se esvaiu e foi substituído, nos últimos anos, por uma angústia com a extinção da vida na terra.

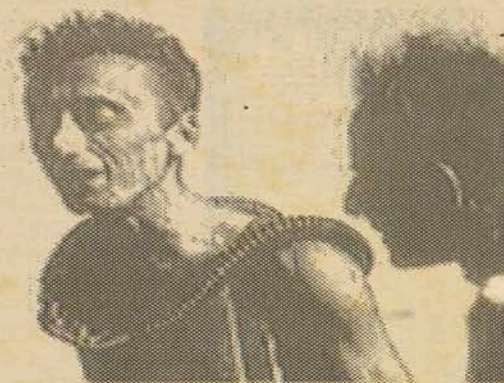
"A estrada para o futuro está nos empurrando para uma colisão contra um muro. Simplesmente nos debatemos entre as alternativas que o destino nos oferece: uma explosão demográfica que prepara o caos social e espalha morte, delírio nuclear e a aniquilação das espécies".

Um livro autobiográfico que Cousteau vinha escrevendo nos últimos 20 anos e onde é divulgado este estado de espírito do oceanógrafo, foi anunciado no dia do seu enterro por sua segunda mulher, Francine Triplet, para a revista Paris-Match. E provocou reações. O filho Jean-Michel Cousteau, também um preservacionista recém conciliado com o pai, se declarou "profundamente chocado", com a rapidez com que o livro de 425 páginas foi liberado e insiste que seu pai nunca quis tornar este trabalho público. "Meu pai, no fundo do seu coração, nunca quis completar esta obra". Mas ele não diz porque.

O livro de memórias se chama "*Homem, Polvo e Orquídea*" e vai começar a ser vendido na França em setembro.

Aventuras Submarinas

Respeitado no mundo inteiro, e criticado por alguns que viam nele apenas um relações públicas de si mesmo em busca de dinheiro para desenvolver sua Fundação, Jacques Cousteau viveu a vida que quis viver: uma aventura no mar junto com seu famoso barco, o Calipso. Entre uma centena de ferramentas ele co-inventou o aqualung e desenvolveu um minissubmarino que permitiu incursões no fundo do mar. Ficou conhecido no mundo inteiro com seu seriado "O Mundo Submarino de Jacques Cousteau" e se transformou no pai do movimento ambientalista.



O velho e o novo Cousteau



"Algumas vezes nós temos sorte de ver que nossa vida mudou, descartando a velha, abraçando a nova e corremos impetuosamente rumo ao imutável. Isto aconteceu comigo... naquele dia de verão, quando meus olhos se abriram para o mar". Assim ele fala da sua infância e da primeira vez que viu o oceano. Na juventude, um acidente de carro quase fatal o afastou da Marinha, onde havia ingressado em 1930. Durante a Segunda Guerra, ele se envolveu com a espionagem da Resistência francesa e foi neste período que fez seus primeiros filmes submarinos. Em 1950, um milionário deu a Cousteau dinheiro para comprar um velho caça-minas de 400 toneladas. Nasceu o Calipso com o qual ele fez expedições históricas ao Alasca, à Antártida e ao Amazonas, que a maioria de nós conhece apenas através dos filmes feitos por ele. E foram estes filmes e dezenas de livros escritos por Cousteau que nos ensinaram a amar e querer preservar toda esta beleza.